

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 357/13/IE

PROCESSO: 150/2008
INTERESSADO: Consórcio de Urbanização Atibaia
ASSUNTO: Loteamento Residencial Porto Atibaia II
MUNICÍPIO: Atibaia

1. INTRODUÇÃO

Esta súmula se refere ao Parecer Técnico 357/13/IE, elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos, visando subsidiar o licenciamento ambiental do Loteamento Residencial Porto Atibaia II, a ser implantado em área de 83,74 ha, no município de Atibaia, com base em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O Loteamento Residencial Porto Atibaia II compreende a segunda fase de um empreendimento predominantemente residencial, localizado na Zona Especial 2 – Reserva de Assentamento Urbano do município de Atibaia, a ser implantado em área de 83,74 ha. O projeto urbanístico prevê a destinação de cerca de 13,8 ha ou 16,49% da área da gleba como áreas privadas, com a implantação de 119 lotes residenciais unifamiliares.

As áreas públicas totalizam 68,8 ha (82,26% da gleba), incluindo 60,29 ha de Áreas Verdes (72,0%), sistema viário (5,25%) e Áreas Institucionais (5,0%), além da faixa de servidão de linha de transmissão de energia com cerca de 1,0 ha.

A população total fixa estimada é de 600 habitantes, acrescida da população flutuante composta por funcionários das residências estimada em 30 pessoas.

A infraestrutura do empreendimento será implantada em aproximadamente 46 meses. O custo de implantação estimado é de R\$ 5.782.874,00 (cinco milhões, setecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e setenta e quatro reais).

3. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais impactos ambientais previstos nas fases de implantação e operação do empreendimento e as respectivas medidas mitigadoras são os seguintes:

Poluição e incômodos gerados durante as obras – Para minimizar os impactos gerados durante as obras, por ocasião da solicitação da LI, deverá ser apresentado um Programa de Controle Ambiental das Obras contendo o detalhamento das instalações previstas no canteiro de obras e das medidas de controle para gerenciamento dos efluentes sanitários, resíduos sólidos e da construção civil, treinamento de funcionários, controle de tráfego, controle de erosão e assoreamento e recuperação das áreas afetadas.

Desenvolvimento de processos erosivos e assoreamento das drenagens - As obras de terraplenagem para a implantação do empreendimento poderão causar o desenvolvimento de processos erosivos e consequente assoreamento das drenagens, principalmente devido às altas declividades da gleba. Para minimizar o impacto foi solicitada, além da averbação como área verde de áreas com declividade acima de 30%, a implantação de medidas de controle (incluindo sistemas provisórios e definitivos de drenagem superficial, barreiras de contenção de sedimentos no entorno das APPs, plantio de forração vegetal em saias de aterro e taludes) e de monitoramento.

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 357/13/IE

Impactos da impermeabilização do solo – Com a implantação do empreendimento, cerca de 27% da área da propriedade será impermeabilizada, intensificando o escoamento superficial, podendo acarretar elevação dos picos de vazão a jusante. Para mitigação está prevista a implantação de sistema de drenagem de águas pluviais com sistema de infiltração ao longo de ruas e vias de acesso.

Perda de cobertura vegetal e intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APP) – A área do empreendimento é coberta predominantemente por vegetação de contato entre florestas ombrófila, estacional semidecídua e cerrado em diferentes estágios de sucessão ecológica, além de áreas com reflorestamento de pinus e eucaliptos. Para a implantação do empreendimento pretende-se suprimir 9,94 ha da vegetação nativa em estágio pioneiro, 5,28 ha em estágio inicial e 1,35 ha em estágio médio de regeneração. Como medida compensatória é prevista a recuperação das matas ciliares degradadas e enriquecimento florístico das demais áreas verdes. Por ocasião da solicitação da LI deverão ser obtidas as respectivas autorizações de supressão de vegetação e intervenções em APP e assinados os Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental correspondentes, além de apresentar o detalhamento do Programa de Recomposição Florestal e Manejo das Áreas Verdes.

Impactos sobre comunidades faunísticas – No levantamento de fauna realizado na ADA foram identificadas 5 espécies de mamíferos com algum grau de ameaça, de acordo com o Decreto Estadual nº 56.031/10. Foi proposto no EIA que a supressão de vegetação seja precedida de afugentamento da fauna nativa por técnicos especializados, além da implantação de passagens de fauna para ampliar a conectividade entre as áreas verdes internas e externas ao empreendimento. Por ocasião da solicitação da LI deverá ser apresentado o detalhamento das passagens de fauna e a apresentação de Programas de Manejo e Monitoramento da Fauna Nativa.

Impactos sobre Unidades de Conservação – O empreendimento localiza-se na APA Sistema Cantareira, sendo que a Fundação Florestal, órgão gestor de tal Unidade de Conservação de Uso Sustentável, manifestou-se favoravelmente à continuidade do licenciamento ambiental do empreendimento.

Aumento da demanda por saneamento – A estimativa de demanda de água para abastecimento do empreendimento, considerando o dia e hora de maior consumo, é de 5,46 L/s, que serão fornecidos pela empresa de Saneamento Ambiental de Atibaia – SAEE. Os efluentes sanitários do empreendimento terão tratamento igual ao da primeira fase do loteamento: ETEs unifamiliares atendendo às diretrizes da NBR 13.960/97. Os resíduos sólidos domésticos serão coletados pela Prefeitura Municipal de Atibaia. Por ocasião da solicitação da LI deverão ser apresentados os projetos detalhados dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgotos e um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos.

Impactos sobre a infraestrutura de serviços públicos – De acordo com o EIA, a demanda pela utilização de equipamentos públicos não será significativa. Por ocasião da solicitação da LI deverá ser apresentado um Programa de Priorização da Contratação de Mão de Obra Local para as obras de implantação do empreendimento, que contemple parcerias com a Prefeitura Municipal para divulgação de vagas.

Impactos do tráfego nas vias de acesso – São previstas 200 viagens diárias geradas pelo empreendimento na situação de ocupação total, prevista para ocorrer em 30 anos. Os estudos de tráfego realizados concluem que a Estrada do Guaxinduva, via de acesso ao empreendimento, não apresentará problemas de fluidez com o aumento do tráfego gerado. Por ocasião da solicitação da LI deverão ser realizadas tratativas com a Prefeitura Municipal para melhorias nas condições de tráfego e sinalização da Av. Gerônimo de Camargo, que interliga o município de Atibaia à Estrada do Guaxinduva.

Interferências em sítios arqueológicos - O levantamento arqueológico preventivo realizado na área do empreendimento indicou que não foram detectados vestígios de interesse arqueológico, mas

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 357/13/IE

sugere a realização de um Programa de Prospecções Arqueológicas Intensivas nas áreas onde a topografia original seja alterada pela implantação do empreendimento. Para a gestão do patrimônio arqueológico do empreendimento deverão ser seguidas as diretrizes da Portaria IPHAN 230/02.

4. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Caberá à Câmara de Compensação Ambiental da SMA definir a destinação e a forma de pagamento dos recursos da compensação, sendo a apresentação do comprovante de pagamento pelo empreendedor condicionante à emissão da LI. Para a LO deverá ser apresentado relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento.

5. CONCLUSÃO

Com base na análise do EIA/RIMA e demais documentos constantes do Processo 150/2008, a equipe técnica do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos concluiu que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico nº 357/13/IE. Nestes termos, submete ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental do Residencial Porto Atibaia II.

São Paulo, 02 de agosto de 2013.

(Original Devidamente Assinado)

Ana Cristina Pasini da Costa

Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental